

MANUAL DO PASTOR



Manual do Pastor



PREFÁCIO

Com este trabalho colocamos em suas mãos uma ferramenta muito esperada e também muito útil para o trabalho nas Igrejas Irmãos Menonitas do Brasil: O Manual do Pastor.

Quando elaboramos este material pensávamos principalmente nos pastores e líderes das igrejas da nossa Denominação. Como líderes orientamos os nossos membros, apresentamos diretrizes e contribuímos para o treinamento de futuros líderes. No entanto, há circunstâncias em que não sabemos exatamente como proceder e, quem sabe, nem conhecemos, a contento, a nossa doutrina e principalmente a nossa história.

Além de procurarmos orientar os líderes nestas áreas, também necessitamos saber algo a respeito da ética que deve nortear o líder em seus trabalhos do dia-a-dia na igreja. Precisamos saber como agir na família, na igreja e fora dela. É bem importante também saber como nos relacionarmos com as demais igrejas da denominação e ainda com aquelas de outras denominações. A questão do culto, de como cultuar a Deus também nem sempre é tão fácil de ser vista e encarada. Quando outras igrejas falam de sacramentos, nós preferimos abordar a questão das ordenanças e as praticamos de acordo com o nosso entendimento da Escritura. Nem sempre também é tão claro assim para nós saber como proceder em questões de disciplina e ou transferência de membros. Em todas estas questões procuramos por orientações e as apresentamos neste estudo. Também colocamos uma palavra sobre a ordenação para o ministério.

Estamos conscientes de não termos ainda alcançado a plenitude do que deveríamos colocar em suas mãos, mas, por outro lado, temos o prazer de lhe fornecer um material de estudo que servirá muito bem para encarmos, de forma mais homogênea, o belo trabalho no Reino de Deus em nossa Denominação.

Agradeço de todo o coração aos irmãos pastores do Conselho Pastoral, que com dedicação e honestidade gastaram horas de oração, estudos e averiguações para compor este trabalho. Que agora a bênção de Deus acompanhe o trabalho.

Em nome do Conselho Pastoral da COBIM,

Harry Janzen

Agosto de 2006

MANUAL DO PASTOR

ÍNDICE:

CAPÍTULO 1 – A IGREJA EVANGÉLICA IRMÃOS MENONITAS

1.1. Definição de Igreja	1
1.2. Sua missão	1
1.3. Seus distintivos	1
1.4. Sua forma de governo e administração	7
1.5. Sua relação com Igrejas coirmãs – COBIM	7
1.6. Sua relação com outras denominações	8
1.7. Sua confissão de fé	8
1.8. Seus bens imóveis	8

CAPÍTULO 2 – O PASTOR E A ÉTICA PASTORAL

2.1. A importância da ética pastoral	9
2.2. O Pastor e sua ética	9
2.3. O Pastor e sua família	10
2.4. O Pastor e sua Igreja	10
2.5. O Pastor e seu rebanho	11
2.6. O Pastor e seus colegas	12
2.7. O Pastor e sua denominação	14
2.8. O Pastor e sua comunidade	14
2.9. O Pastor e sua transferência	15

CAPÍTULO 3 – COMO PRESTAR CULTO A DEUS

3.1. O que significa prestar culto a Deus	16
3.2. As principais partes do culto cristão	16
3.3. Alguns cuidados a serem tomados	19

CAPÍTULO 4 – AS ORDENAÇÕES DA IGREJA

- 4.1. O batismo: Proclamando nossa transformação 20
- 4.2. A Ceia: Celebrando nossa transformação 23

CAPÍTULO 5 – ADMISSÃO E TRANSFERÊNCIA DE MEMBROS

- 5.1. Formas de filiação à Igreja 27
 - 5.1.1. Pelo batismo 27
 - 5.1.2. Por carta de transferência 27
 - 5.1.3. Por aclamação 27
 - 5.1.4. Por reconciliação 28
- 5.2. Formas de desligamento da Igreja 28
 - 5.2.1. Por carta de transferência 28
 - 5.2.2. Por morte 28
 - 5.2.3. Por exclusão 28
 - 5.2.4. Por pedido de desligamento 28

CAPÍTULO 6 – PRINCÍPIOS DE DISCIPLINA NA IGREJA

- 6.1. A fundamentação da disciplina na Igreja 29
- 6.2. Como proceder com membros que estão em pecado 29
- 6.3. A recuperação de membros desligados por disciplina 31

CAPÍTULO 7 – ORDENAÇÃO PARA MINISTÉRIOS

- 7.1. O processo da ordenação 32
- 7.2. A ordenação para o ministério da Palavra 33
- 7.3. As funções do pastor 34
- 7.4. O processo de ordenação de diáconos 35
- 7.5. Diversas questões sobre ordenação 37

CAPÍTULO 8 – CERIMÔNIAS ESPECIAIS

- 8.1. Curso de noivos 39
- 8.2. Cerimônia de casamento 39
- 8.3. Dedicção de crianças 39
- 8.4. Culto fúnebre 40
- 8.5. Dedicção do templo 41
- 8.6. Culto de posse de novo pastor 42

CAPÍTULO 9 – FUNDAÇÃO DE NOVAS IGREJAS

- 9.1. Requisitos para fundar novas congregações/ igrejas 43
- 9.2. Envolvimento da Igreja e da Convenção 43
- 9.3. Quando organizar uma igreja 43
- 9.4. Como requerer a filiação à COBIM 44
- 9.5. Aspectos legais a serem observados 44

CAPÍTULO 10 – A INTEGRIDADE PASTORAL

- 10.1. A integridade de nosso amor a Deus 46
- 10.2. Integridade e a natureza e conteúdo da nossa vocação 47
- 10.3. Integridade em nossa atuação pastoral 48

CAPÍTULO 11 – A HISTÓRIA DA IGREJA IRMÃOS MENONITAS

- 11.1. A Reforma 49
- 11.2. Os Irmãos Menonitas 50
- 11.3. Os Irmãos Menonitas no Brasil 51

CAPÍTULO 1 – A IGREJA EVANGÉLICA IRMÃOS MENONITAS

1.1. Definição de Igreja

O termo “igreja” vem da palavra grega *eclesia* (Mt 16.18), que se origina do verbo “chamar”. Esse termo era usado para descrever uma assembléia do povo convocada para uma reunião. No Novo Testamento, *eclesia* engloba as pessoas que em arrependimento de seus pecados atenderam ao chamado de virem a Jesus sendo purificada pelo sangue de Jesus e regenerada para uma nova vida pelo Espírito Santo (Atos 2.38-41).

Igreja é a assembléia de cidadãos que pertencem àquele que criou a igreja (Deus) ou então àquele por meio de quem a igreja foi criada (Cristo). Isso mostra que a igreja não é simplesmente uma associação qualquer de pessoas, nem um clube, mas uma instituição criada por Deus .

1.2. Sua missão

Cada igreja precisa se conscientizar de sua missão! Cabe a liderança de cada Igreja local desenvolver uma declaração de missão baseada no ensino bíblico dos propósitos da Igreja de Jesus. Uma declaração de missão concisa permitirá focalizar de modo mais preciso na real missão da Igreja. Ela nos dá a razão de ser e nos mostra por que existimos como um corpo de crentes. Uma declaração de missão ajuda a estabelecer parâmetros acerca do ministério, definindo o que vamos fazer e o que não vamos.

A declaração poderá variar, mas os elementos básicos segundo Rick Warren são: (1) Glorificar: celebrar a presença de Deus na adoração. (2) Missão: comunicar a Palavra de Deus através do evangelismo. (3) Membresia: integrar a família de Deus em nossa comunhão. (4) Maturidade: educar o povo de Deus através do discipulado. (5) Ministério: demonstrar o amor de Deus através do serviço.

1.3. Seus distintivos

Creemos que a segunda parte da **Confissão de Fé da ICOMB** (International

¹ O’Brien 1993, 125

² WARREN, Rick. *Uma Igreja com Propósitos*. Editora Vida, 1995, p.131.

Committee of Mennonite Brethren) descreve os distintivos da Igreja Evangélica Irmãos Menonitas, por isso a incorporamos aqui.

CONFISSÃO DE FÉ DA ICOMB

Parte 1. Como Deus atua no mundo

Deus, o soberano Senhor sobre tudo, criou os céus e a Terra através de sua palavra poderosa. Deus criou os seres humanos, homem e mulher, de acordo com a sua imagem para viverem em comunhão e para serem administradores da criação. Os seres humanos abusaram de sua liberdade rebelando-se contra Deus em desobediência, o que resultou em alienação e morte. Na rebelião contra o reinado de Deus, os poderes malignos de Satanás – pecado e morte – reivindicaram o controle sobre o mundo.

Deus, o libertador, agiu para estabelecer o povo da aliança, iniciando com Israel. O propósito de Deus foi formar a comunidade da aliança para se relacionar com Deus, para experimentar as suas bênçãos e para servir como luz para as nações. Através dos profetas, Deus comunicou a sua Lei e os seus propósitos, expressando que Deus sempre é fiel, justo, correto, misericordioso como um pai e compassivo como uma mãe. Deus prometeu a esperança de uma nova criação.

Deus, o Pai, enviou seu Filho, Jesus Cristo, ao mundo, nascido da virgem Maria. Jesus inaugurou o reino de Deus, proclamando o arrependimento dos pecados, anunciando a libertação dos oprimidos e as Boas Novas aos pobres e chamando discípulos para seguirem os seus caminhos como uma nova comunidade. Jesus respondeu aos poderes violentos malignos, tomando sobre si a cruz para morrer pelos pecados do mundo e assim reconciliar a criação com Deus. Jesus alcançou a vitória sobre o pecado, a morte e Satanás quando Deus fez justiça ressuscitando Jesus dos mortos e exaltando-o à direita de Deus Pai, onde intercede pelos santos e reina para sempre.

No Pentecostes, Deus enviou o seu Espírito, que agira na criação, na

capacitação dos profetas e na inspiração das Escrituras. Através do Espírito, Deus constituiu a Igreja, o corpo de Cristo, para proclamar o reinado de Deus e dar testemunho da nova criação. O Espírito é derramado sobre todos os que recebem a Cristo, batizando e selando-os para a redenção como filhos de Deus. Todos os que crêem e confessam a Jesus como Senhor são nascidos de novo em Cristo. Eles são batizados na água para dentro da nova comunidade da aliança, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Eles são salvos pela graça, através da fé para viver na prática a paz e o amor de Deus, também em circunstâncias adversas.

A Igreja é a nova criação de Deus, agente de transformação, chamada para modelar o plano de Deus para a humanidade. O povo de Deus chama todas as pessoas ao arrependimento e à conversão, busca promover a justiça, é fiel no sofrimento e reparte generosamente o que tem com os que estão em necessidade. Ele atua como agente de reconciliação para reverter a alienação trazida pelo pecado. Na Ceia do Senhor, a Igreja proclama a morte do Senhor e celebra a nova aliança.

A nova criação será concluída quando Cristo retornar. Aqueles que pertencem a Cristo ressuscitarão com um novo corpo, enquanto Satanás e todos os que rejeitaram a Cristo enfrentarão a condenação eterna. O novo céu e a nova terra existirão debaixo do reinado de Deus em eterna paz e alegria.

Referências: Gn 1-3 ; 12.1-3; Êx 6.6-8; Sl 8; Is 49.6; Jr 9.23-24; 31.31-34; Os 2.19-20; Mt 4.17; 25;46; Mc 8.34-38; Lc 4.18-19; Jo 3.16; At. 2; Rm 8; 1 Co 11.23-32; 12;13; 15; 2 Co 5.17--6.2; Ef 1.13-14; 2.8-10; 6.10-12; Cl 2.12-15; 1 Ts 4.13--5.11; 2 Tm 3.16-17; Hb 7.25; Ap 21-22.

Parte 2. Como as Igrejas Irmãos Menonitas respondem ao propósito de Deus

A Igreja Irmãos Menonitas, alicerçada no movimento anabatista da Reforma do séc. XVI, um movimento que procurou retomar a fé e vida da igreja do Novo Testamento, nasceu dentro do movimento de renovação Menonita

na Rússia, em 1860. O trabalho missionário no mundo e a migração produziram esta igreja que está presente em todo o mundo e, sendo assim, comprometemo-nos a fazer parte do povo de Deus.

Povo da Bíblia

A Bíblia é a Palavra de Deus. Como tal, ela é autoridade e guia infalível para a fé e prática.

- Visão de mundo. A Bíblia fornece a estrutura de nossa compreensão do mundo.
- Interpretação. A nossa interpretação é centrada em Cristo. Lemos as Escrituras com a perspectiva do Novo Testamento. A pessoa, ensino e vida de Jesus Cristo trazem continuidade e clareza tanto para o Antigo como para o Novo Testamento.
- Comunidade de interpretação. Cada cristão é incentivado a buscar a compreensão da Bíblia para discernir a vontade de Deus, visando a obediência. Como o Espírito Santo está presente e se encontra ativo em todos os cristãos, lemos e interpretamos a Bíblia e suas exigências, para os dias de hoje, em comunidade.

Referências: Sl 1; 19; 119; Mt 5--7; Lc 24.27; 44-49; 2 Tm 3.14-17; Hb 1.1-2; At 2.42; 15.1-29; 17.11; Cl 3.1-4; 1 Pe 1.10-12.

Povo de um novo estilo de vida:

Pela graça de Deus, o Espírito Santo chama pessoas para uma nova vida através da conversão, discipulado e transformação constante.

- Conversão. A conversão cristã sempre envolve um compromisso pessoal intencional. Como cristãos, somos chamados a mudar:
 - * de um relacionamento quebrado com Deus, para um relacionamento pessoal com o Deus verdadeiro;
 - * da escravidão ao pecado e aos erros do passado, para a liberdade, perdão e cura.
- Discipulado. Em Cristo, salvação e ética andam juntas. Como cristãos,

somos chamados:

- * a mudar do individualismo para uma interdependência na igreja local;
- * a nos mostrar fiéis à vida e ensinos de Jesus na vida do dia-a-dia.
- Transformação. Cada cristão é habitado pelo Espírito Santo. Este testifica que somos filhos de Deus oferecendo purificação e transformação contínua para que possamos ser capacitados para uma vida de testemunho e serviço.

Referências: Sl 1; 19; 119; Mt 5--7; Lc 24.27; 44-49; 2 Tm 3.14-17; Hb 1.1-2; At 2.42; 15.1-29; 17.11; Cl 3.1-4; 1 Pe 1.10-12.

Povo da Comunidade da Aliança

Na igreja, a comunidade da aliança, os cristãos se comprometem a adorar juntos, a orar como Jesus nos ensinou, a ter comunhão e a cuidar uns dos outros.

- Batismo de cristãos. Pessoas de todas as culturas, raças, línguas e nações que estão dispostas a seguir Jesus como discípulos obedientes confessam Jesus Cristo como Salvador e Senhor e são batizadas na água para dentro da comunhão da igreja. A Igreja Irmãos Menonitas batiza por imersão.
- Ceia do Senhor. Na Ceia, a Igreja se identifica com a vida de Cristo dada para a redenção da humanidade e proclama a morte e ressurreição do Senhor até que ele venha. A Ceia, realizada em memória, expressa reconciliação, comunhão, paz e unidade de todos os cristãos com Cristo.
- Prestação de contas. A igreja interpreta a vontade de Deus, discernindo o que está certo e o que está errado. Todos os cristãos prestam contas mutuamente sobre a sua vida de fé modelada por Jesus. O propósito da prestação de contas é curar e restaurar através do arrependimento, e não castigar e condenar. A igreja exclui aqueles que continuamente desprezam a disciplina.
- Sacerdócio universal dos cristãos. O Espírito de Deus concede, a todos os cristãos, dons para o serviço, para edificar o corpo de Cristo. A Igreja identifica o chamado de Deus e reconhece líderes servos que equipam os membros para o ministério.

Referências: Mt 16.13-20; 18.15-20; 28.18-20; At 2.37-47; Rm 6.3-4; 1

Co 11.23-32; 12-14; Ef 4.11-16; Cl 2.12-13; Hb 10.24-25; 1 Pe 2.9-10; 4.10-11; Ap 7.9.

Povo da Reconciliação

A missão de Jesus era reconciliar os seres humanos com Deus, com o próximo e com o mundo. Ao mesmo tempo ele veio anunciando o Reino de Deus. A igreja é chamada a participar na missão de Deus.

- Missão. Cristo comissionou a Igreja para fazer discípulos de todas as nações, batizando-os e ensinando-os a guardar todos os seus mandamentos. Jesus ensina que os discípulos devem amar a Deus e a seu próximo, anunciando as Boas Novas e praticando amor e compaixão. Como Jesus é o único caminho para a salvação, o imperativo do evangelismo é dado para todos os cristãos.

- Testemunho de paz. Paz e reconciliação estão no cerne do evangelho de Cristo. Jesus chama a comunidade de fé para ser pacificadora em todas as circunstâncias. cremos que a paz com Deus inclui um compromisso para o padrão de reconciliação modelado pelo Príncipe da Paz. Como cristãos, somos chamados a mudar:

* da escolha de estilos de vida que nos prejudicam para escolhas que nutrem a integridade, cura, alegria e paz;

* do ódio aos inimigos e da indiferença para com o próximo para mostrar amor e justiça a todos.

* Família. Deus abençoa o celibato [vida de solteiro], o casamento e a família. Deus chama todas as pessoas para uma vida sexual pura. O casamento é uma aliança para a vida toda de um homem e uma mulher. Pais comprometidos com Deus instruem seus filhos na fé. A igreja nutre a vida familiar e faz todos os esforços para trazer reconciliação a relacionamentos perturbados.

* Governo. Deus concedeu ao estado a responsabilidade de promover o bem-estar de todas as pessoas. Os seguidores de Cristo respeitam e oram pelas autoridades governamentais, mas resistem à tentação de dar ao estado a devoção que pertence somente a Deus. O compromisso primordial dos cristãos é com o Reino de Cristo e a sua igreja global. Em cada nação e sociedade, os cristãos cooperam uns com os outros para defender os fracos, reduzir conflitos, cuidar dos pobres e promover a justiça, a paz e a verdade.

Referências: Mt 5--7; 22.34-40; 28.18-20; Lc 4.18-19; 10.25-37; Rm 12.17--13.10; 2 Co 5.17--6.2; Ef 2; 5.21--6.4; 1 Tm 2.1-6; Tg 2; 1 Pe 2.21-25.

Povo da Esperança

A Igreja pertence ao Reino de Deus. Os cidadãos do Reino modelam uma comunidade alternativa, desafiando os valores mundanos das culturas deste mundo. O povo de Deus se une na luta pela justiça, mas ao mesmo tempo está preparado para sofrer perseguição, sabendo que o pecado, a culpa e a morte não prevalecerão. Confiantes nessa esperança, a igreja se envolve na missão até a volta de Cristo, fortalecida pela certeza que Deus irá criar um novo céu e uma nova terra.

Referências: Mt 5.10-12; 10.7; 13; 24-25; Mc 1.15; 13; Lc 17.20-37; 21.5-36; Tt 2.11-14; Ap 21--22.

1.4. Sua forma de governo e administração

Entendemos que a Igreja do NT era presidida por uma liderança plural. A palavra 'presbíteros' é usada para descrever a liderança das Igrejas e aparece nas cartas pastorais sempre na forma plural. Por isso cremos que é salutar o governo da igreja ser composto por um conselho administrativo e um conselho pastoral.

De conformidade com a forma de governo plural a administração é realizada através de um conselho.

1.5. Sua relação com Igrejas coirmãs – COBIM

Cada igreja local plenamente constituída é autônoma, mas todas as igrejas são interdependentes entre si, pois como membros de um mesmo corpo necessitam umas das outras. Através da COBIM são geridos os esforços comuns e o cuidado mútuo: A COBIM tem por objetivos incentivar, preservar e fortalecer a comunhão mútua, a unidade doutrinária e o trabalho em conjunto de todas as Igrejas Evangélicas Irmãos Menonitas do Brasil, promovendo e propagando assim a obra a qual foi comissionada por Deus

por intermédio de Jesus Cristo. ; Todas as igrejas devem se comprometer com o cumprimento das decisões tomadas em assembléia.

1.6. Sua relação com outras denominações

Como igrejas afiliadas à COBIM queremos concentrar os nossos esforços dentro da própria denominação.

Nos relacionamentos com outras denominações queremos nos limitar àquelas que não estiverem em contradição às convicções doutrinárias professadas por nossa denominação.

1.7. Sua confissão de fé

A Confissão de Fé, elaborada no Conselho Pastoral da COBIM e aprovada em Assembléia Geral Ordinária da COBIM, resume os principais ensinamentos da Palavra de Deus e está disponível para todas as igrejas filiadas. É recomendável buscar oportunidades para torná-la conhecida dos membros.

1.8. Seus bens imóveis

Todos os bens imóveis pertencentes às igrejas ou à COBIM devem ser mantidos dentro de bons padrões de manutenção e regularizados de acordo com a legislação vigente.

Os estatutos das igrejas devem prever que em caso de dissolução estes bens passarão para a COBIM.

³ (Estatuto da COBIM- Art. 4)

CAPÍTULO 2 – O PASTOR E A ÉTICA PASTORAL

2.1. A importância da ética pastoral

Os pastores são servos do Deus *santo, santo, santo* e devem adotar um padrão de ética superior a qualquer outra profissão. A ética pastoral é um assunto muito importante que não deve ser desconsiderado nem negligenciado. Paulo ensinou a Timóteo: *Mas seja um exemplo para os fiéis na palavra, no procedimento, no amor, na fé e na pureza* (1 Tm 4.12b).

2.2. O Pastor e sua ética

2.2.1. O Pastor deve entender o ministério como vocação divina e a mais excelente das atividades humanas (1 Tm 3.1; At 13.2).

2.2.2. O Pastor deve considerar a Bíblia como única regra de fé e prática, e usá-la como diretriz e ferramenta de seu ministério (2 Tm 2.15; 4.1-5).

2.2.3. O Pastor deve ser estudioso, mantendo-se em dia com o pensamento teológico, a literatura bíblica e a cultura geral (2 Tm 3.15,16; 1 Tm 3.2).

2.2.4. O Pastor deve aplicar-se à oração e ao estudo da Palavra de Deus (1 Tm 4.7; At 6.4).

2.2.5. O Pastor, como líder espiritual e moral do povo de Deus, deve ser um modelo de conduta em todos os sentidos e um exemplo de pureza em suas conversações e atitudes (1 Pe 5.3; 1 Tm 4.12).

2.2.6. O Pastor deve zelar pelo bom nome do ministério da Palavra (1 Co 4.1,2).

2.2.7. O Pastor deve ser prudente ao relacionar-se com as pessoas, principalmente com as do sexo feminino. (1 Tm 5.1,2; 1 Ts 4.3-7).

2.2.8. O Pastor deve procurar a plenitude do Espírito Santo, para que o fruto do Espírito se manifeste em sua vida diária (Gl 5.22-25; Rm 12.17-21).

2.2.9. O Pastor deve evitar assumir a responsabilidade de avaliar empréstimos de outras pessoas (Pv 11.15; 22.26,27).

2.3. O Pastor e sua família

2.3.1. O Pastorado é uma obra digna de ser procurada. Para que isto seja facilitado é importante no caso de um pastor casado, sua esposa seja uma mulher em condições de ajudá-lo no ministério (1Tm 3.11).

2.3.2. Sendo casado, o Pastor deve tratar esposa e filhos como estabelece a Palavra de Deus, constituindo-se exemplo para o rebanho (Ef 5.25-33; 6.4; 1 Tm 3.4,5; 1 Pe 3.7).

2.3.3. O Pastor deve proceder corretamente com relação à sua família, esforçando-se para dar-lhe o sustento adequado, o vestuário, a educação, a assistência médica, bem como o tempo necessário (1Tm 3.4,5).

2.3.4. O Pastor deve evitar comentários sobre problemas, aflições ou frustrações da obra pastoral, na presença dos filhos.

2.3.5. O Pastor deve reconhecer a ação de sua esposa junto à família como algo essencial, não a envolvendo em tarefas eclesíásticas que venham a comprometer o seu desempenho familiar.

2.4. O Pastor e sua Igreja

2.4.1. O Pastor deve tratar a Igreja com toda consideração e estima, sabendo que ela é de Cristo, é de Deus (Mt 16.18; At 20.28).

2.4.2. Sustentado pela igreja, deve dedicar-se ao ministério pastoral na mesma, não aceitando qualquer outra incumbência, mesmo na Causa, sem consentimento da Igreja. (1 Pe 5.1-4).

2.4.3. O trabalho pastoral deve constituir a principal atividade de vida do Pastor, e só com o conhecimento da igreja poderá exercer outra atividade para garantir sua subsistência, porém nunca com o objetivo de prosperidade material (1 Tm 5.18; 1 Pe 5.2b; 1 Tm 6.9).

2.4.4. O Pastor deve ser imparcial no seu trabalho pastoral, não se deixando levar por partidos ou preferências pessoais. Deve, pelo contrário, levar a igreja a fazer tão somente a vontade do Senhor (1 Pe 5.1-3; Tg 2.1.9).

2.4.5. O Pastor não deve assumir compromissos financeiros pela Igreja sem a devida autorização.

2.4.6. O Pastor deve respeitar as decisões da Igreja, com prudência e amor, orientando seu rebanho e esclarecendo-o na tomada de decisões administrativas.

2.4.7. O Pastor não deve trabalhar contra determinações da COBIM.

2.4.8. O Pastor que concordou em pastorear uma Igreja Evangélica Irmãos Menonitas não tem o direito de desviá-la da doutrina desta Denominação. Caso venha a discordar desta doutrina, ele deve ter ética e coerência para se desligar imediatamente da igreja e assim não causar danos e dividir o Corpo de Cristo.

2.5. O Pastor e seu rebanho

2.5.1. O Pastor deve exercer seu ministério com toda a dedicação e fidelidade a Cristo (1 Co 4.1,2).

2.5.2. O Pastor é servo de Cristo a serviço de sua Igreja e, portanto, não deve receber outro pagamento, além do seu salário regular, por qualquer serviço que preste em sua igreja.

2.5.3. O Pastor deve zelar pelo decoro do púlpito, como por seu preparo e fidelidade na comunicação da mensagem divina a seu povo, como também pela sua apresentação pessoal.

2.5.4. Quando pregar ou escrever, usando para isto sermões ou sugestões de outros, o Pastor deve mencionar as fontes de que se serve. A autenticidade deve ser característica marcante da ação pastoral.

2.5.5. Nas visitas e contatos pessoais com suas ovelhas, o Pastor deve ter elevado respeito pelo lar que o recebe e pelas pessoas com quem dialoga (1 Tm 5.1-15).

2.5.6. O Pastor deve guardar sigilo absoluto sobre o que sabe em razão do aconselhamento, ou por procura de orientação junto a ele, não usando jamais as experiências da conversação pastoral como fontes de ilustração para suas mensagens ou conversas.

2.5.7. Como líder do Povo de Deus, o pastor deve ter consciência de que não pode saber todas as coisas, e, por isso, deve assessorar-se de pessoas idôneas e capazes que possam ajudá-lo na formação de planos e tomadas de decisão.

2.5.8. O pastor deve se mostrar pronto a receber conselhos e repreensão de seus irmãos não-ministros toda vez que sua conduta for julgada repreensível (Hb 3.13).

2.5.9. O Pastor deve respeitar as horas de trabalho dos membros de sua Igreja, evitando procurá-los ou incomodá-los em seu local de trabalho, para tratar de assuntos de menos importância ou adiáveis.

2.5.10. O Pastor não deve tentar atrair membros de outras igrejas para que a sua cresça. Há tantas pessoas a serem arrebatadas das trevas e estas precisam de igreja e de pastor.

2.6. O Pastor e seus colegas

2.6.1. O Pastor não deve intrometer-se, nem tomar partido em problemas que surgirem nas igrejas de colegas, a não ser que a sua opinião e ajuda sejam procuradas (Mt 7.12).

2.6.2. O Pastor não deve passar adiante qualquer notícia desabonadora de seu colega, nem divulgá-la sem averiguar a sua veracidade. Mesmo assim deveria primeiro entrar em contato com este colega para saber dele.

2.6.3. O Pastor deve revelar espírito cristão quanto aos predecessores aposentados que permaneçam em suas antigas igrejas.

2.6.4. Ao ser procurado por um membro de outra igreja para celebrar um casamento, para pregar em cerimônia fúnebre ou ainda para realizar alguma ministração deste gênero em sua igreja, o pastor deve apenas aceitar tal ministério após esclarecer devidamente a questão com o pastor da igreja em que estas pessoas são membros. Isto só não seria feito em caso de alguma emergência.

2.6.5. O Pastor não deve tomar em consideração sondagens para outro pastorado se o Pastor da Igreja interessada não estiver afastado do cargo ou não tiver anunciado sua renúncia (Jo 15.11-17; Mt 7.12; 1 Co 10.24).

2.6.6. Quando deixar o pastorado é conveniente o Pastor não permanecer na Igreja, a fim de não constranger o colega que o substituir, e não deve, de modo nenhum, interferir no trabalho do seu substituto (Mt 7.12).

2.6.7. O Pastor que assume um novo pastorado deve honrar e valorizar o trabalho do seu antecessor, não fazendo nem permitindo comentários desairosos a seu respeito por parte de membros do rebanho (Mt 7.12; Pv 12.14; Hb 13.7; Rm. 13.7).

2.6.8. O Pastor deve considerar todos os colegas como cooperadores da causa comum e não menosprezar nenhum deles (Mt 23.8; 7.12; Fp 2.3; 1 Co 3.5,7,9).

2.6.9. O Pastor não deve aceitar convites para falar onde sabe que sua presença causará constrangimento ou atrito.

2.6.10. O Pastor deve cultivar, com os colegas, o hábito de franqueza, boa vontade, lealdade e cooperação, dispondo-se a ajudá-los em suas necessidades (Jo 15.17; Rm 12.9; Pv 9.8,9).

2.6.11. Ainda que leal e solidário com seus colegas, o pastor não está obrigado a silenciar quando algum deles estiver desonrando o ministério; havendo provas concludentes, deve tomar as medidas e atitudes aconselháveis em boa consciência (1 Tm 5.19-24; Mt 18.15-17).

2.6.12. O pastor deve se mostrar pronto a receber conselhos e repreensão dos seus colegas de ministério toda vez que sua conduta for julgada repreensível.

2.7. O Pastor e sua denominação

2.7.1. O Pastor deve manter-se leal à sua denominação, ou cortar suas relações com ela se, em boa consciência, nela não puder permanecer.

2.7.2. O Pastor deve dar sua cooperação leal à COBIM do lugar onde estiver trabalhando.

2.7.3. A Cooperação do Pastor com sua Denominação não deve comprometer a eficiência de seu trabalho pastoral na Igreja.

2.7.4. O Pastor deve estar pronto a receber acompanhamento pelo Conselho Pastoral e a prestar-lhe contas acerca de seu ministério e informações com relação ao desenvolvimento do mesmo.

2.8. O Pastor e sua comunidade

2.8.1. O Pastor deve ser partícipe da vida da comunidade em que sua Igreja estiver localizada, identificando-se com sua causa e solidarizando-se com os anseios de seus moradores, procurando apoiá-los, desde que isto possa ser feito em concordância com a Palavra de Deus.

2.8.2. Através de exemplos de vida o pastor deve imprimir em sua comunidade, o espírito de altruísmo e participação.

2.8.3. O Pastor deve procurar conhecer as autoridades de sua comunidade, honrando-as e incentivando-as no desempenho de sua missão (Rm 13.1-7).

2.9. O Pastor e sua transferência para novos ministérios

2.9.1. O Pastor deve ser prudente em relação à aceitação de convites para o pastorado, não se oferecendo ou insinuando, mas buscando a orientação e a direção do Espírito Santo (At 13.1,2).

2.9.2. O Pastor não deve insistir em permanecer em uma Igreja quando perceber que seu ministério não está contribuindo para a edificação da Igreja e o crescimento do Reino de Deus.

2.9.3. Ao receber algum convite para pastorear outra Igreja, o pastor não deve divulgar o fato, para evitar constrangimentos.

2.9.4. Ao deixar uma Igreja para outro pastorado, o Pastor não deve fazer referências desairosas às Igrejas de onde saiu.

2.9.5. O Pastor não deve promover ou aprovar qualquer manobra política para manter-se em seu cargo ou ainda qualquer posição denominacional; deve, antes, colocar-se exclusivamente nas mãos de Deus para fazer o que lhe aprouver (Tg 3.16).

2.9.6. O pastor não deve deixar seu pastorado sem prévio aviso e conhecimento da Igreja.

2.9.7. O Pastor só deve apresentar a sua renúncia à Igreja quando estiver realmente convencido de que deve afastar-se do pastorado desta Igreja local.

CAPÍTULO 3 – COMO PRESTAR CULTO A DEUS

3.1. O que significa prestar culto a Deus

O culto cristão é um encontro entre Deus e o seu povo. Deus se faz presente no culto e o povo responde com louvor e agradecimento. O culto, então, é um encontro pessoal com Deus no qual nós o reconhecemos e glorificamos pela pessoa que é e por suas ações. Nós cultuamos a Deus porque Ele é Deus e nós o cultuamos por suas ações graciosas para conosco. O culto é, portanto, a resposta humana à iniciativa divina.

3.2. As principais partes do culto cristão

Certamente temos orientações quanto a isto no Novo Testamento. Temos por um lado a prática em Atos 2.42 *Eles se dedicavam ao ensino dos apóstolos e à comunhão, ao partir do pão e às orações*; e o ensino de Paulo na Epístola aos Colossenses 3.16 *Habite ricamente em vocês a palavra de Cristo; ensinem e aconselhem-se uns aos outros com toda a sabedoria, e cantem salmos, hinos e cânticos espirituais com gratidão a Deus em seu coração*.

3.2.1. A Oração

A oração é parte essencial do culto. Observando a prática constatamos que a oração está dividida em vários enfoques específicos:

3.2.1.1. Adoração

Temos aqui a concentração tão somente em Deus, no que Deus é. O cultuador coloca em palavras o seu sentimento e sua atitude para com o que Deus é.

3.2.1.2. Confissão

Sempre que o ser humano se aproxima de Deus, está consciente da sua posição diante de Deus. Deus é santo e justo, e o homem, por sua vez, totalmente necessitado nesta área. Por isso se torna tão necessário que o cultuador confesse os seus pecados e o estado do seu coração.

3.2.1.3. Gratidão

Neste tipo de oração o cultuador concentra a sua atenção no que Deus fez, faz e fará, e verbaliza os seus sentimentos a respeito das ações de Deus.

3.2.1.4. Louvor

Louvor é, de certa forma, a verbalização do orgulho que o cultuador tem a respeito de Deus. O seu Deus é e faz tudo isso e por isso o adorador fala e canta a seu respeito a cada momento da vida. O louvor tem sua expressão no cântico, na música, mas também na oração.

3.2.1.5. Petição

O Novo Testamento, como a Bíblia toda, apresenta inúmeros momentos em que ocorre o derramar do coração diante de Deus, apresentando todo tipo de petição e súplica.

3.2.1.6. Intercessão

A oração da congregação, no entanto, não pode ser egoísta, girando apenas em torno dos próprios interesses e das próprias necessidades. Sempre há quem espera que a congregação cultuando se lembre das necessidades alheias e principalmente do avanço do Reino em todas as suas frentes.

3.2.2. Palavra

Todo homem que cultua a Deus e derrama todo tipo de sentimentos diante de Deus durante o encontro do povo com Deus, também quer ouvir daquele a quem cultua. Isto acontece através da Palavra. A Palavra como o louvor são anunciados através da música e do cântico, mas a Palavra também deve ter o seu lugar de destaque em forma de leitura bíblica e em forma de pregação que tem a Bíblia como base e como enfoque.

3.2.3. Comunhão

Se o culto é o encontro entre Deus e seu povo, então também é o encontro da pessoa no culto com as outras pessoas no culto. Só assim ela participa das derrotas e das vitórias dos seus irmãos, só assim pode se alegrar com quem está alegre e chorar com quem está triste, só assim também pode aprender com os acontecimentos na vida do próximo. A verdadeira comunhão fará com que o corpo todo possa louvar e interceder, bem como carregar os

fardos uns dos outros.

3.2.4. Partir do pão (Ceia do Senhor)

O partir do pão vem a ser para o cultuador um momento especial de adoração. Ele se concentra em Jesus Cristo e o que este veio a ser para o cultuador ao permitir que o seu corpo fosse quebrado e o seu sangue derramado. Mas é também um momento especial de louvor, pois o ato de memória lembra especificamente o que Deus fez em Jesus Cristo para redimir o ser humano.

3.2.5. As ofertas e os sacrifícios de louvor

O culto, sendo a resposta humana à iniciativa de Deus, tem de levar em consideração o aspecto físico. Deus demonstrou o seu amor à humanidade fazendo com que seu filho se tornasse homem, matéria física. A minha resposta à ação de Deus, além das outras formas, também terá a sua forma física quando eu ofertar e até mesmo sacrificar de forma física através dos meus bens. A igreja precisa ser criativa para que o cultuador experimente culto nesta ação também.

3.2.6. A ministração através dos dons

Já que Deus distribui os diversos dons ao corpo, é preciso que os mesmos achem a sua expressão durante os nossos cultos. Se Deus conceder palavras proféticas a pessoas com este dom, é preciso que as mesmas achem a sua expressão. Mas junto com isto temos que considerar também o dom do discernimento. (Só apontamos dois dons, mas há outros também que devem achar a sua expressão e a sua ministração).

3.2.7. Louvor

O louvor acha a sua expressão em várias partes do culto: oração, palavra, comunhão, etc. Mas é importante e principalmente bíblico que a congregação como um todo fale a respeito da sua experiência com Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Da mesma forma também louvaremos o nosso relacionamento mútuo entre os irmãos, um louvor horizontal. É preciso, no entanto, que tenhamos muito cuidado com as letras das músicas que cantamos, para que as mesmas não façam que digamos coisas que contem

fatos que a Bíblia não reconhece e não ensina.

3.3. Alguns cuidados a serem tomados

Não existe uma forma de culto única e correta. Formas não garantem vida. Onde a Palavra for lida e aplicada sob a ação do Espírito Santo, ali haverá vida e verdadeiro culto.

O verdadeiro culto é regido pela seguinte seqüência de prioridades: **caráter teocêntrico** (Deus no centro); **caráter cristocêntrico** (Cristo e sua obra dão forma ao culto); e **caráter eclesiástico e pneumático** (a igreja como corpo presta o culto a Deus através da obra e da ação do Espírito Santo).

Dentro desta perspectiva devemos estar sempre abertos a mudanças, já que o Reino de Deus é dinâmico e precisa atender às necessidades de cada tempo.

Sentimentos e emoções são importantes no culto, mas não deveriam tomar o lugar da Palavra, da reverência e do respeito. Todo culto deveria ter algo de solene (é encontro com Deus), mas não deveria virar cerimonialismo e ritualismo.

Além disso, é preciso ressaltar ainda que o culto da igreja, do corpo, não está restrito às quatro paredes do templo ou do recinto em que se cultua a Deus. O verdadeiro cristão adota o culto como estilo de vida, isto é, tudo o que o cultuador faz, fala e pensa, ele o faz para cultuar a Deus.

CAPÍTULO 4 – AS ORDENANÇAS DA IGREJA

4.1. O Batismo: Proclamando nossa transformação.

4.1.1. A Prática da Igreja Evangélica Irmãos Menonitas

Na sua Grande Comissão, Jesus declara que os seus discípulos devem ser batizados em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Portanto, a Igreja Evangélica Irmãos Menonitas pratica o batismo voluntário de seguidores de Cristo (Mt 28.19; Mc 16.16).

A Igreja Evangélica Irmãos Menonitas entende que o arrependimento do pecado e a fé em Cristo como Salvador e Senhor precedem o ato do batismo (At 2.38-41; 8.12; 16.14; 15. 31-34). Pessoas conscientes da sua fé são batizadas por imersão, simbolizando a sua morte para o pecado e seu renascimento em Cristo (Rm 6.3-6). A palavra “batismo”, no original grego, significa imersão. Quando uma roupa era tingida, esta era designada como uma roupa “batizada”.

Algumas igrejas ensinam que Atos 1.33-34 e 18.8 sustentam o batismo infantil porque nos dois casos toda a família foi batizada. É um argumento de silêncio. Ambos os textos afirmam que os batizados creram em Jesus.

Embora o texto em Marcos 10.13-16 seja usado para sustentar o batismo infantil, é preciso reconhecer que ele nem se refere ao batismo. No contexto, Jesus fala que é imprescindível receber o Reino de Deus como uma criança, com fé e humildade, para poder entrar nele. A simplicidade da criança, que reconhece a sua carência de Deus, é contrastada com a religiosidade hipócrita dos judeus e do jovem rico. No texto, Jesus abençoa as crianças, mas não as batiza.

Na verdade, a Bíblia não ensina o batismo infantil nem o batismo de adultos, mas ensina claramente o batismo de seguidores de Cristo, pessoas renascidas em Cristo que estão iniciando uma nova caminhada com Deus. O batismo é a marca da fé no novo cristão, da graça realizada, e não apenas o símbolo de uma esperança por fé numa época futura.

O batismo deve ser uma celebração da comunidade cristã, onde os convidados, parentes e amigos, podem ouvir o testemunho de transformação de vida dos batizados. No ato batismal pode-se utilizar a seguinte pergunta: *Você crê de todo o coração que Jesus Cristo é o filho de Deus e seu salvador pessoal que perdoou todos os seus pecados? Então responda.* Após a resposta afirmativa, a pessoa pode ser batizada com a seguinte afirmação: *com base em sua confissão, eu o/a batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém.*

4.1.2. Simbolismo do Batismo

Segundo o Novo Testamento, conversão e batismo fazem parte do mesmo evento (At 2.38-41). O batismo celebra e simboliza:

4.1.2.1. União

O batismo celebra a entrada do ser humano na comunhão com o Deus Trino (Mt. 28.19; 1 Co 6.11). O novo cristão se identifica e se une com o próprio Cristo; veste-se dele e se compromete com ele (Gl 3.26-27).

4.1.2.2. Nova Vida

O batismo simboliza a morte do cristão para com o pecado (arrependimento) e sua ressurreição para uma nova vida em Cristo, liberto do poder do mal (Rm 6.1-6; Cl. 2.9-13). O cristão se une com Cristo na sua morte e ressurreição.

4.1.2.3. Espírito de Deus

O batismo proclama o recebimento do Espírito Santo por parte do batizado na sua conversão (At 2.38).

4.1.2.4. Incorporação

O batismo confirma a incorporação do novo cristão à comunidade cristã, o corpo de Cristo (1 Co 12.12,13). No ato do batismo é selado um compromisso mútuo entre o novo cristão e a Igreja (At 2.41,42).

4.1.2.5. Envio

O batismo envia o novo cristão para o serviço no Reino de Deus. Assim

como o batismo de Cristo marcou o início do seu ministério (Mt. 3.16--4.1), o batismo do cristão marca o seu chamado para submeter-se ao ensino de Cristo e servir a Deus (Mt 28.18-20; At 2.41,42).

Resumindo, poderíamos dizer que o batismo é o símbolo exterior do novo pacto que existe entre o cristão e Deus, e entre o cristão e a comunidade cristã; um pacto iniciado pela graça de Deus e oferecido por Ele ao ser humano. Esta oferta exige uma resposta humana.

4.1.2.6. Preparo para o Batismo

Recomendamos o batismo de discípulos de Jesus, isto é, pessoas que estão seguindo a Jesus (Mt 28.19). Muitas vezes decisões são tomadas precipitadamente, baseadas em emoções e fundamentações errôneas. Por exemplo, na nossa cultura brasileira, o batismo é visto por muitos como um rito de santificação pelo qual o batizado é lavado de todos os seus pecados. O batismo é um ato de obediência num processo de santificação. Portanto, recomendamos que o candidato ao batismo passe por um processo de discipulado antes de ser batizado. Neste curso são incluídos estudos sobre conversão, batismo, a comunidade cristã, a ceia do Senhor, vida cristã e testemunho público. (A COBIM possui um Curso de Batismo, inclusive com sugestão para a realização do curso).

Incentivamos as igrejas a fazerem uma entrevista pessoal com os candidatos conduzida pelo(s) Pastor(es) e o conselho ou pelos líderes e membros de grupo familiar para constatação da conversão e novo-nascimento. Este momento deve ser permeado por um espírito de oração, discernimento e encorajamento. Não exigimos perfeição por parte do candidato ao batismo (por ex. em relação à vida conjugal, vícios), mas esperamos que o novo discípulo tenha uma atitude de arrependimento diante do pecado, a consciência do caminho a ser trilhado e um espírito submisso perante a orientação de Jesus e sua Igreja. Seja citado aqui 1 Co 6.9-11: *Vocês não sabem que os perversos não herdarão o Reino de Deus? Não se deixem enganar: nem imorais, nem idólatras, nem adúlteros, nem homossexuais passivos ou ativos, nem ladrões, nem avaros, nem alcoólatras, nem caluniadores, nem trapaceiros herdarão o Reino de Deus. Assim foram*

alguns de vocês. Mas vocês foram lavados, foram santificados, foram justificados no nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito de nosso Deus.

Quem batiza deve ser um discipulador (p. ex. pastor, presbítero, líder de grupo) que esteja em comunhão com Deus e sua igreja local.

4.1.4. Conclusão

Em primeiro lugar, Jesus mandou os seus seguidores batizarem os novos discípulos. O nosso batismo é uma questão de obediência a Ele. Segundo, o batismo é a marca da comunidade cristã. O Novo Testamento não reconhece um cristão que não tenha sido batizado. Terceiro, o batismo faz parte do processo da nossa conversão ao nos unirmos com Cristo e sua igreja. Como todos os atos de obediência, ele serve como instrumento de Deus para efetuar o nosso crescimento espiritual e a nossa experiência da plenitude do Espírito Santo. Quarto, o batismo é um ato público, pelo qual o novo cristão declara e confirma que Cristo é seu Salvador e Senhor e anuncia sua solidariedade para com a comunidade cristã. Muitas vezes ele é seu primeiro ato evangelístico. Todos os seguidores de Cristo devem ser batizados, conscientes do rico simbolismo deste ato.

4.2. A Ceia: Celebrando nossa transformação

4.2.1. A prática da Igreja Evangélica Irmãos Menonitas

Há quase dois mil anos, na noite da sua morte, Jesus sentou para celebrar a Páscoa com seus discípulos pela última vez. Deste jantar simples, nasceu uma celebração que vem sendo praticada por todas as ramificações da Igreja cristã.

Historicamente, a Igreja Evangélica Irmãos Menonitas celebra a Ceia do Senhor mensalmente e em ocasiões especiais como a páscoa ou encontros de igrejas. A celebração inclui uma meditação da Palavra de Deus, testemunhos de fé e orações intercessórias. Alguns textos bíblicos utilizados durante a distribuição dos elementos são Mateus 26.26-30; Marcos 14.22-25; Lucas 22.4-23; João 6.43-58 e 1 Coríntios 11.17-34.

4.2.2. O significado da Ceia

4.2.2.1. A morte do nosso Senhor

Jesus queria que seus seguidores se lembrassem não apenas da sua vida, mas mais importante ainda, da razão da sua vinda. Por isso, a ceia comunica de uma maneira simples que ele morreu para nos libertar do poder pecado. Ela declara a vontade de Deus para resgatar, perdoar, abraçar, curar e reconciliar todos os seres humanos. O pão simboliza o seu corpo partido por nós; o cálice representa o seu sangue derramado para selar um novo pacto conosco (Is 42.6; 49.8; 53). A ceia proclama de forma concreta que um novo relacionamento existe entre Deus e entre aqueles que recebem a salvação em Cristo (Ex 24; Jr 31.31-34).

Ao participar desta refeição comunitária, os seguidores usam todos os sentidos – visão, audição, olfato, paladar, tato – para refletir sobre a essência da sua fé, afirmar a sua aceitação do perdão que Deus lhes oferece, declarar a sua identificação com Cristo e proclamar que fazem parte do povo de Deus. De forma visível e palpável, eles expressam os seus sentimentos mais íntimos.

4.2.2.2. A presença do Cristo ressurreto

Depois da sua ressurreição, Jesus apareceu aos seus discípulos várias vezes enquanto estavam comendo (Mc 16.14; Lc 24.3-48; Jo 21.11-14). Quando celebramos a Ceia do Senhor, damos continuidade a esta experiência da presença do Cristo vivo, pois o convidamos à mesa (Ap 3.19,20). É um momento para refletir sobre a nossa sintonia com Deus e sentir a mão de Deus sobre a nossa vida. O momento da celebração da ceia é um momento que nos leva a ter um encontro íntimo com o Cristo vivo, pois, quando partimos o pão e bebemos do cálice, celebramos a presença constante de Cristo em nossas vidas. É uma mensagem de sintonia, presença, poder e cuidado.

A Igreja Católica Apostólica Romana promove um certo misticismo em relação à Ceia, dizendo que os elementos se tornam o próprio corpo e sangue de Cristo durante a celebração. Ao ler os textos bíblicos, percebemos que Jesus se preocupou em proporcionar um ritual que despertasse a sua memória e servisse como veículo para uni-lo aos seus seguidores. A ceia,

portanto, é um instrumento para comungar com o Cristo vivo, pois, durante a refeição, Jesus está conosco, não nos elementos, mas como anfitrião.

4.2.2.3. A comunidade da fé

Ao participar da Ceia do Senhor também nos encontramos uns com os outros. A mesa simboliza a nossa unidade familiar; portanto, a refeição é um momento para demonstrar o nosso amor uns pelos outros. Para os primeiros discípulos, a Ceia era uma alegre festa de amor, em que os laços de amizade eram fortalecidos, e mal-entendidos desfeitos. Lembramo-nos de Jesus, perdoadando uns aos outros, esquecendo-nos de diferenças étnicas e ajudando os necessitados e marginalizados (Gl 3.27,28).

Em Cristo, fazemos parte de uma nova ordem, em que novos relacionamentos com outros seguidores são possíveis porque, como pessoas libertas por Jesus, podemos respeitar e aceitar uns aos outros. Talvez a Ceia seja a demonstração mais visível e profunda, como corpo de Cristo, da nossa íntima comunhão. Ao participar da Ceia, também comunicamos ao mundo que nós, como povo de Deus, serviremos como elos entre o Deus vivo e a humanidade, importando-nos com e abraçando pessoas que ainda não desfrutam da sintonia que temos com Deus.

4.2.2.4. A vinda do nosso Senhor (1 Cr 11.26)

Esta refeição milenar é orientada para o futuro. A Ceia do Senhor une os séculos. No passado, Cristo morreu. No presente momento, Cristo vive. No futuro, ceiaremos com Jesus. A promessa desta refeição celestial é com certeza um dos eventos mais esperados da fé cristã. Ao comer o pão e ao beber do cálice, a comunidade de fé clama "Vem, Senhor, Vem!" A Ceia é uma sombra do Reino que virá – um Reino de paz, justiça e amor. A Ceia é uma mensagem que oferece esperança, que norteia a nossa caminhada, que proclama o nosso destino.

4.2.3. A Ceia e a auto – avaliação.

A Ceia conduz para uma constante auto-avaliação da comunhão com Deus e com o Corpo de Cristo. *Examine-se cada um a si mesmo, e então coma e beba do cálice* (1 Co 11.28). Devemos ter em mente a necessidade de

arrependimento, confissão e reafirmação do nosso compromisso com Deus ao liderarmos o momento da celebração da Ceia.

A prática de afastar membros da Ceia para discipliná-los, quando estes confessaram seus pecados em arrependimento não é bíblico (2 Co 2.5-8). Por outro lado pode-se fazer necessário advertir membros acerca do tomar da Ceia indignamente (1 Co 11.27), quando esses conscientemente vivem no pecado.

4.2.4. Algumas reflexões

Comparando os relatos encontrados no Novo Testamento, chegamos à conclusão de que Jesus se preocupou muito mais com o significado da refeição do que com a liturgia a ser usada. Em vez de vincular a dele na vida dos seus seguidores à sua participação nos sacramentos de uma instituição eclesiástica, Jesus oferece uma celebração simples, que estimula a nossa memória e nos conduz a ele, como fonte e razão da nossa fé.

Quando Jesus falou: *Façam isto em memória de mim*, não se referia apenas à celebração anual da Páscoa. Ele queria que seus seguidores se lembrassem dele cada vez que se reunissem para comer, usando um ritual simples dentro da refeição. Os primeiros discípulos de Jesus tinham uma mesa em comum, uma mesa que unia famílias, cônjuges, irmãos, grupos étnicos, classes sociais, homens e mulheres (At 2.42-47). Esta mesa em comum servia como cimento dos seus relacionamentos e base para sua reflexão.

Seria formidável se pudéssemos voltar a viver esta experiência do primeiro século ao redor de uma mesa, com nossas famílias ou em grupos familiares. A Bíblia, em nenhum lugar, estipula que um líder eclesiástico precisa estar presente para realizar esta comemoração. Se participarmos da Ceia com corações agradecidos, reverentes e alegres, Jesus estará presente como anfitrião (Mt 18.20; 1 Cor 11.17-22). Recomendamos que esta celebração da Ceia em grupos menores seja praticada somente quando houver compreensão e consentimento por parte da liderança local.

CAPÍTULO 5 – ADMISSÃO E TRANSFERÊNCIA DE MEMBROS

5.1. Formas de filiação à Igreja

Basicamente são praticadas três formas de admissão de membros nas Igrejas Evangélica Irmãos Menonitas: (1) Batismo, (2) Transferência ou (3) Aclamação.

5.1.1. Pelo batismo

O capítulo 4 trata da admissão de novos membros na igreja no momento do batismo.

5.1.2. Por carta de transferência

Na admissão por transferência pode haver duas situações distintas. Primeiro, quando é transferência de membros entre igrejas Irmãos Menonitas, quando se espera uma boa comunicação entre as lideranças das igrejas no que se refere às informações, aos cuidados e à cooperação. Segundo, quando se trata de transferência de membros de outra denominação. Neste caso deve haver um cuidado maior, e a comunicação verbal se torna ainda mais importante. Espera-se uma carta de apresentação da Igreja da qual a pessoa a ser admitida até então foi membro.

5.1.3. Por aclamação

Esta forma de admissão deve ser utilizada somente quando as opções anteriores não forem possíveis. É necessário verificar a conversão, o batismo e o motivo pelo qual não há possibilidade de transferência. É absolutamente necessário verificar as fontes das informações. Somente quando todos estes aspectos estiverem devidamente esclarecidos e aceitos pela liderança da igreja, poderá ser indicada a aceitação por aclamação. Através da aclamação pode-se receber membros anteriormente excluídos num processo disciplinar, quando estes estiverem buscando reconciliação e restauração com a igreja.

5.1.4. Por reconciliação

5.2. Formas de desligamento da Igreja

O desligamento é definido pela Igreja e basicamente acontecerá por morte do membro, por transferência do membro para outra igreja ou por exclusão do membro. A forma de desligamento pode variar desde o tratamento da questão em assembléia até comunicação do pedido em culto ou boletim com o pedido para que os membros se manifestem em contrário quando houver algum impedimento.

5.2.1. Por carta de transferência

Qualquer que seja a forma interna de tratamento de transferências, a Igreja sempre deve enviar carta de transferência com a maior transparência possível. A carta de transferência deveria conter as seguintes informações: (1) Informações pessoais da pessoa a ser transferida. (2) Informações da igreja que envia a carta. (3) Data de conversão e batismo quando houver informação disponível. (4) Informações sobre os dons e ministérios que a pessoa exerceu. (5) Motivo da transferência.

5.2.2. Por morte

Em caso de morte o desligamento é natural, sendo importante apenas efetuar a retirada do nome do rol de membros, o que deve ser registrado (em ata).

5.2.3. Por exclusão

Sempre que membros deliberadamente permanecerem em pecado, não aceitando a correção pela disciplina da igreja (veja o capítulo 6), se fará necessário desligá-los do rol de membros. É importante lembrar que os estatutos que regem cada igreja descrevem os procedimentos nestes casos. (O capítulo seguinte descreve os princípios de disciplina a serem seguidos).

5.2.4. Por pedido de desligamento

Conforme estatutos em vigor o desligamento também poderá se dar mediante requerimento dirigido pelo membro solicitante ao Conselho Pastoral.

CAPÍTULO 6 – PRINCÍPIOS DE DISCIPLINA NA IGREJA

6.1. A fundamentação da disciplina na Igreja

A igreja é uma instituição criada por Jesus. Dela participam ativamente aquelas pessoas que são nascidas de novo (Jo 3) e que se submetem voluntariamente aos mandamentos bíblicos. São pessoas que amam a Deus sobre todas as coisas e ao seu próximo como a si mesmos (Lc 10.27,28). Os membros da igreja se ocupam com o seu crescimento espiritual e também com o crescimento do seu próximo. Juntos eles têm o alvo de serem como Cristo (Ef 4.11-16). São pessoas que sabem que necessitam da ajuda do próximo para evitar que caiam e permaneçam no erro. Por isso um membro se sente feliz quando alguém se dispõe a ajudá-lo em sua caminhada com Cristo incentivando-o a crescer e mostrando o caminho certo quando ele se desvia dos princípios bíblicos. Essa exortação é de duas vias. Cremos no sacerdócio universal de todos os crentes (1Pe 2.9) e por isso cremos que cada pessoa dentro do corpo é responsável pelo seu próximo. Sendo assim, um pastor irá exortar um membro faltoso como também um membro irá exortar um pastor faltoso. Precisamos uns dos outros para caminhar dentro da vontade de Deus. Todos os membros da igreja precisam se comprometer a ajudar o próximo e a se dispor em serem ajudados para que possam permanecer a salvo das ciladas do inimigo.

6.2. Como proceder com membros que estão em pecado

A Bíblia, em vários textos, nos orienta como devemos proceder quando alguém cai em pecado. Em Mateus 18.15-20 Jesus nos fornece uma orientação prática sobre como proceder:

6.2.1. Um membro espiritual busca ajudar o membro faltoso

Quando um irmão testemunha alguém cair em pecado, deve ir conversar com ele a sós. A questão deve ficar restrita ao número mínimo de pessoas (Mt 18.15). Ele deve ir, porém, com mansidão e humildade (atitude correta) sabendo que ele também pode cair em pecado (Gal 6.1). Essa exortação deve ser feita pelas pessoas espirituais (Gal 6:1), ou seja, aquelas que estão buscando obedecer a Deus em tudo o que fazem e se preocupam em ajudar o próximo sem condená-lo. Essa deve ser a atitude de todas as pessoas

da Igreja. A responsabilidade por esse primeiro passo de restauração é de todos os membros da Igreja.

As pessoas da igreja devem dirigir-se com humildade ao irmão que pecou, procurando entender o que aconteceu, pois a sua própria percepção pode estar errada. Dessa forma muitos mal-entendidos podem ser evitados.

6.2.2. Dois ou três membros procuram ajudar o membro faltoso

Se a ajuda em amor e humildade não surtiu mudança de comportamento, o irmão que está comprometido com a restauração deve levar consigo uma ou duas pessoas para auxiliá-lo (Mt 18.16). Estas pessoas devem ter a mesma atitude de humildade buscando a verdade e não condenando a pessoa.

6.2.3. O caso é levado ao conhecimento do Conselho Pastoral/ Conselho da Igreja

Se ainda houver recusa em mudar a atitude, a liderança da Igreja deve ser informada (Mt 18.17 – levar à igreja – a liderança ainda procura manter a situação restrita ao menor número de pessoas possível). O Conselho Pastoral da Igreja passa a conduzir o processo de restauração. Se convencido de que a pessoa não quer mudar, mesmo pelo testemunho de duas ou três pessoas, leva o fato ao conhecimento da igreja via Conselho da Igreja.

6.2.4. O caso é levado ao conhecimento da Igreja

A Igreja é informada sobre a situação, avalia o procedimento da pessoa e intercede, como um todo, pela restauração (Mt 18.17). Se houver arrependimento, a liderança auxilia na restauração. Os membros da igreja devem ser encorajados a dar passos concretos na restauração, demonstrando amor e compreensão ao que se arrependeu.

Se a pessoa, a princípio, se recusar a ouvir a Igreja, será concedido um tempo para o posicionamento definitivo. Se a recusa se mantiver, em obediência à Bíblia, com muito pesar, executa-se o último recurso de restauração que é o desligamento da pessoa em assembléia da Igreja. Todos os membros devem se comprometer com uma decisão em assembléia.

Deve-se sempre ter em mente que o objetivo de qualquer medida disciplinar é a restauração do “pecador” mesmo que seja o desligamento da pessoa.

A Igreja fica aberta para ele, mas não há como facilitar o retorno à comunhão sem que haja o reconhecimento do pecado, arrependimento e desejo de mudança.

6.3. A recuperação de membros desligados por disciplina

Quando um ex-membro disciplinado pelo desligamento da Igreja deseja novamente voltar a filiar-se à mesma, ele pode ser recebido mediante um pedido de reconciliação, o qual deve ser aceito pela Igreja em assembléia. É importante, no entanto, verificar se a pessoa realmente está plenamente arrependida e se não há nada que a impeça de voltar à comunhão da Igreja. Quando a pessoa foi excluída em outra Igreja, deve ser instruída e, se necessário, acompanhada num processo de restituição com a mesma.

CAPÍTULO 7 – ORDENAÇÃO PARA MINISTÉRIOS⁴

7.1. O processo da ordenação

7.1.1. A fundamentação bíblica da ordenação

Encontramos na Bíblia inúmeros exemplos em que pessoas são nomeadas para executar diferentes funções. Tomamos como base para a prática da ordenação de pastores e diáconos, textos da nomeação de diáconos (At 6.6), do envio de Paulo e Barnabé como missionários (At 13.2-4) e da prática de Paulo de nomear presbíteros (líderes de igreja) em todas as igrejas que ele fundava (At 14.23; Tt 1.5).

7.1.2. O significado da ordenação

Hoje, tanto o termo *ordenação* como o termo *consagração* são usados para falar do ato de *constituir* (Tt 1.5) pessoas para executarem determinadas funções na igreja. Neste Manual escolhemos o termo *ordenação*. A própria palavra ordenar indica que o processo tem por objetivo manter certa ordem com relação àqueles que são reconhecidos e consagrados para exercerem determinadas funções, principalmente de liderança.

A ordenação é um ato simbólico e público em que o obreiro experimentado e confirmado é ordenado pela Igreja, recebendo através da imposição de mãos o reconhecimento da Igreja local e ou da denominação para exercer o ministério da Palavra (conforme Ef 4.11: apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e mestres) ou o diaconato. Através da ordenação a Igreja e o obreiro assumem uma responsabilidade mútua, o obreiro se identifica com o interesse da Igreja e se coloca sob a missão da igreja. A igreja abençoa o obreiro.

Por um lado, a ênfase da ordenação está no exercício da função para a qual o obreiro é ordenado. Por outro lado, acontece uma certa transferência de autoridade.

De certa forma diferenciamos o termo *ordenar* do termo *consagrar*, pois

⁴ Compilado a partir de estudos feitos pelo CP, pela Convenção Irmãos Menonitas do Paraguai e pelo Pr. Dietrich Reimer a pedido do CP.

cada cristão deve *se consagrar* para servir a Deus com os seus dons. Neste sentido queremos praticar a oração de bênção através da imposição de mãos em nomeação para outros ministério e tarefas na Igreja, fazendo uma diferença da ordenação.

7.1.3. Deus chama para o ministério

O chamado para o ministério pode acontecer de diferentes formas: A pessoa pode se apresentar voluntariamente expressando que tem um chamado, ou o chamado pode ser percebido quando a pessoa ajuda em trabalhos no Reino de Deus.

Deus escolhe seus obreiros, preserva-os, prepara-os e no tempo por Ele determinado, chama-os para o trabalho. Deus mesmo: (1) inicia sua preparação antes de nascerem, (2) vocaciona no tempo próprio, (3) capacita concedendo-lhes os dons necessários, (4) chama a atenção da igreja para os obreiros e (5) os envia e acompanha no seu serviço.

7.1.4. A Igreja reconhece o chamado do obreiro e o acompanha no seu preparo

Como o chamado para o ministério normalmente acontece no contexto da igreja, o pastor e/ou os líderes da igreja reconhecem este chamado e acompanham o obreiro no desenvolvimento de seus dons.

7.2. A ordenação para o ministério da Palavra (Ef 4.11)

7.2.1. O período de experiência

É de extrema importância que antes da ordenação haja um período de experiência pastoral. É uma oportunidade para confirmar o dom ministerial tanto por parte do obreiro como por parte da Igreja. Sugerimos que este período de experiência seja em torno de 1 a 2 anos. Neste período de experiência o obreiro em treinamento, na medida do possível, deve ter acompanhamento e ser mentoreado por um pastor mais experiente.

7.2.2. Treinamento específico

É também indicado envolver o obreiro num treinamento básico na igreja e/ou num treinamento específico em uma instituição de ensino teológico (preferencialmente na nossa).

7.2.3. Orientações práticas

Uma vez confirmado o seu dom ministerial e qualificações espirituais (1 Tm 3.1-14; 4.12-16; Tt 1.5-9) a Igreja aponta o obreiro para ser candidato, e se assim confirmado o encaminha para a ordenação.

Entendemos que é a Igreja local quem ordena, mas para que a ordenação tenha reconhecimento mais amplo na Convenção, ela deveria acontecer sob recomendação da mesma e seguir os seguintes passos:

(1) A Igreja, após aprovar o nome do obreiro, o encaminha para o Conselho Pastoral da COBIM.

(2) O Conselho Pastoral da COBIM, após fazer a avaliação através de um questionário respondido pelo candidato e através de uma entrevista pessoal, dá o seu parecer.

(3) A Igreja local ordena o obreiro com a presença de um representante do Conselho Pastoral da COBIM.

O objetivo deste procedimento visa manter a sã doutrina entre os pastores das Igrejas da COBIM.

7.3. As funções do pastor

As facetas do ministério pastoral são múltiplas. O cuidado pastoral de Paulo descrito na carta aos crentes tessalonicenses torna isto evidente. "As responsabilidades básicas do pastor são: orar (1 Ts 1.2,3; 3.9-13), evangelizar (1 Ts 1.4,5,9,10), capacitar (1Ts 1.6-8), defender (1 Ts 2.1-6), amar (1 Ts 2.17-18), labutar (1 Ts 2.9), exemplificar (1 Ts 2.10), liderar (1 Ts 2.10-12), alimentar (1 Ts 2.13), vigiar (1 Ts 3.1-8), alertar (1 Ts 4.1-8), ensinar (1 Ts 4.9--5.11), exortar (1 Ts 5.12-24), encorajar (2 Ts 1.3-12), corrigir (2 Ts 2.1-12), confrontar (2 Ts 3.6,14), resgatar (2 Ts 3.15)"⁵

As principais funções dos pastores, portanto, são:

⁵ MAC ARTHUR, JR, John. Redescobrimo o ministério Pastoral, Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1998. p.33.

7.3.1. Pastorear

O pastor deve cuidar do rebanho no amor de Deus. Isto significa orar, consolar, aconselhar e exortar. *Pastoreiem o rebanho de Deus que está aos seus cuidados...* (1Pe 5.2,3). Pastorear significa vigiar diante daqueles que se infiltram para torcer a verdade (At 20.28-31). Mas também confortar os que estão sofrendo e orar sobre os enfermos e ungi-los *com óleo, em nome do Senhor* (Tg 5.14). O pastor acompanha os membros nos momentos de alegria e nos momentos de dificuldades.

7.3.2. Ensinar

É imprescindível que o pastor se dedique a ensinar a Palavra de Deus (At 6.4). *É necessário, pois, que o bispo seja... apto para ensinar* (1Tm3.2). *E se apegue firmemente à mensagem fiel, da maneira como foi ensinada, para que seja capaz de encorajar a outros pela sã doutrina e refutar os que se opõem a ela* (Tt 1.9). Pastorear significa cuidar ensinando (Hb 13.7,17).

7.3.3. Liderar

É função do pastor liderar a Igreja colocada ao seu cuidado, orientando conforme o ensino da Palavra de Deus e buscando a direção do Espírito Santo. *Os presbíteros que lideram bem as igrejas são dignos de dupla honra, especialmente aqueles cujo trabalho é a pregação e o ensino* (1 Tm 5.17).

7.3.4. Disciplinar

Cuidar do bem-estar da Igreja envolve o zelo pela santificação da mesma. Diante disso é função do pastor liderar processos disciplinares em que irmãos rejeitam a correção por suas condutas pecaminosas (Tt 3.10; 2 Co 13.2,10; 1 Co 5.5).

7.4. O processo de ordenação de diáconos

7.4.1. Fundamentação do Diaconato

O termo *diakonos* descreve a atividade de servir. 1 Timóteo 3 descreve os requisitos que os diáconos devem apresentar. Em Atos 6 os diáconos eram pessoas chamadas a servir quando a igreja cresceu numericamente, e era

necessário delegar a função de servir à mesa, para não tirar os apóstolos daquilo que julgavam ser prioridade para o seu chamado: oração e ministério da Palavra (At 6.3,4).

Ensinar e governar não são trabalhos dos diáconos. Estas funções estão delegadas aos presbíteros/ bispos (líderes espirituais da igreja).

Podemos considerar que os diáconos estavam sujeitos aos bispos e cuidavam das necessidades práticas das pessoas na igreja.

Por outro lado, Filipe e Estêvão extrapolaram as suas funções de distribuir alimentos às pessoas carentes e pregaram o evangelho. Tanto o trabalho dos diáconos em Atos 6 como a função de pregar o evangelho e a oração dos apóstolos são descritos como servir.⁶

7.4.2. As funções dos diáconos

Historicamente, nas Igrejas Evangélicas Irmãos Menonitas, os diáconos têm assumido tarefas práticas nos eventos da Igreja, como auxiliar na distribuição da Ceia, auxiliar nos batismos, auxiliar nas visitas de encorajamento e no auxílio prático aos membros necessitados.

Talvez não devêssemos limitar as funções dos diáconos a estas tarefas. Entendemos ser sábio instituir diáconos conforme as necessidades reais da igreja e conforme os dons dos diáconos. Sua função é garantir que os pastores possam ter tempo suficiente para estudar a Palavra e orar pela igreja.

7.4.3. A escolha de diáconos

Da mesma forma como no caso do obreiro pastoral um membro da igreja pode se apresentar voluntariamente para o ministério do diaconato. A igreja deverá manter um contato íntimo com esta pessoa para dar todo o apoio necessário para a confirmação, ou não, deste dom.

Os diáconos também podem ser escolhidos pela igreja. Quando um membro demonstra dons para este ministério, o pastor, ou outros líderes da igreja devem acompanhá-lo para que possa desenvolver o seu dom na igreja.

⁶ Larkin 1995, 100.

7.4.4. O período de experiência

Semelhantemente, ao período de experiência para o ministério pastoral, também é de extrema importância que antes da ordenação do diácono haja um período de experiência de trabalho. Neste período haverá oportunidades práticas para se confirmar o dom ministerial tanto por parte do obreiro como por parte da Igreja. Sugerimos que este período de experiência seja em torno de 1 a 2 anos.

7.4.5. A ordenação do diácono

Uma vez confirmado o seu dom, conforme item anterior, a igreja pede a ordenação observando os seguintes passos: (1) Aprovação da Igreja local; (2) Encaminhamento para o Conselho Pastoral da COBIM. (3) Recomendação favorável do Conselho Pastoral da COBIM mediante verificação doutrinária, de vida espiritual e princípios da COBIM tanto do candidato como de sua esposa. (4) Ordenação do obreiro pela igreja local com a presença de um representante do Conselho Pastoral da COBIM.

7.5. Diversas questões sobre ordenação

7.5.1. Qual a duração da validade da ordenação? Diante da falta de textos específicos para esta pergunta, queremos propor a seguinte prática:

(1) Entendemos que a validade da ordenação, a princípio, é vitalícia. Neste sentido, obreiros ordenados são desafiados a exercerem o papel de colunas e exemplos na Igreja.

(2) Pode haver situações de licenciamento temporário da função, em virtude de enfermidade, idade ou outras razões que o incapacitem a continuar exercendo o seu

(3) No caso de um obreiro ordenado cair em pecado e se recusar a reconhecer seu erro e não aceitar a correção e restauração, sua ordenação será anulada (cancelada), ou pela renúncia do próprio obreiro, ou pela solicitação da Igreja, afastando a pessoa do serviço, devendo em casos como este, a destituição ser anunciada publicamente à Igreja e à denominação.

(4) Temos também que admitir que a Igreja e/ou o obreiro podem falhar ao entenderem erroneamente o chamado e mais tarde chegar à conclusão deste erro. Neste caso seria melhor reconhecer o erro e anular a ordenação.

7.5.2. O estado civil é determinante na ordenação?

Tanto pessoas solteiras, viúvas ou casadas podem ser ordenadas (1 Co 9.5; 1 Tm 3.2). No caso de casais, a Bíblia não fala explicitamente que a ordenação deve ser do casal ou apenas do marido. Fala, porém, claramente do direito dos obreiros de casarem e de realizarem o serviço espiritual como casais (1 Co 9.5; 1 Tm 3.2). A vida ensina que é muito difícil para um obreiro fazer o seu serviço, se a esposa não compartilhar do mesmo chamado e da mesma visão. Por isso, sempre que a esposa concordar com a ordenação do marido, é recomendável ordenar o casal.

Reconhecemos o sacerdócio de cada cristão, mas cremos que atos como o batismo, a celebração da santa ceia, a cerimônia de casamento devem ser realizados dentro dos limites e da ordem da igreja por pessoas especialmente encarregadas para isto.

CAPÍTULO 8 – CERIMÔNIAS ESPECIAIS

8.1. Curso de noivos

É de vital importância que os noivos sejam orientados quanto ao significado do ato para eles, diante de Deus e da sociedade. Por isso todo casamento deveria ser precedido por um curso de noivos com boas orientações para o casal nas áreas de namoro, noivado, casamento, vida sexual, comunicação, finanças e vida familiar.

O pastor deverá orientar o casal de noivos com antecedência na realização do curso de noivos, na elaboração da cerimônia de casamento e na programação da recepção.

8.2. Cerimônia de casamento

O casamento cristão não é somente uma cerimônia. O casamento cristão é uma celebração de compromisso, dedicação, bênção e culto a Deus.

Além de ser uma instituição religiosa, o casamento é também uma instituição civil e conseqüentemente sujeita a determinadas leis do país onde os noivos estão se casando. Por isso é importante o ministro religioso estar familiarizado com as leis do país e certificar-se de que está cumprindo os requisitos da lei.

É aconselhável a igreja manter um registro com todos os dados necessários, as assinaturas dos noivos, das testemunhas e do ministro oficiante.

Não há uma seqüência rígida, por isso o ministro deve combinar com os noivos a forma preferida para solenizar o casamento. Importante é que a festa possa ser marcada pela presença de nosso Senhor (Jo 2.1,2). Quanto às promessas há várias formas de fazê-las.

O casamento deverá ser realizado dentro dos princípios bíblicos e das orientações do Conselho Pastoral da COBIM. Todo casamento é um compromisso dos noivos até que a morte os separe.

8.3. Dedicção de crianças

O ato de apresentar crianças na igreja não é um mandamento bíblico, mas tem respaldo na Palavra de Deus. Além de ser uma excelente oportunidade para louvar a Deus pela vida da criança, é uma oportunidade para orar

pelos pais.

Os pais devem ter um esclarecimento prévio sobre o significado da dedicação de crianças. Eles devem saber que não se trata de um batismo de crianças, mas de uma dedicação, por parte dos pais, da criança a Deus, em que assumem o compromisso de educar os filhos no Senhor e de serem modelos.

A cerimônia não deve ser longa, e pode fazer parte de um culto normal na igreja. Leituras apropriadas para o evento são: Mateus 19.13-15, Marcos 10.13-16, Mateus 18.14, Deuteronômio 6.4-9 e Provérbios 22.6. É interessante dirigir algumas palavras aos pais da criança e ressaltar a importância da família. Na oração se pede a Deus pela conservação da saúde da criança, por sabedoria aos pais para que possam educá-la no caminho de Deus e proteção em todos os sentidos.

8.4. Culto fúnebre

8.4.1. Atendimento da família enlutada

Quando ocorre um falecimento o atendimento torna-se prioritário sobre todos os outros compromissos do pastor naquele momento. É da maior importância que o pastor tenha um sentimento de empatia para com os familiares e amigos próximos.

Também é muito importante que o pastor já tenha preparo prévio para poder prestar todas as orientações necessárias para a família com relação ao funeral, e, quando for necessário, deve assistir a família no mesmo. São de muita ajuda à família orientações no sentido de que se evitem certos gastos excessivos, como sucede com muita frequência, quando as pessoas estão emocionalmente abaladas.

O pastor pode fazer uma lista prévia de tudo o que deverá ser observado, perguntado ou orientado. Com esta lista em mãos evita de esquecer detalhes importantes que o pastor e que a família devem lembrar em um momento de muita emoção.

8.4. O culto fúnebre

O culto fúnebre faz parte do processo de luto e para tanto deve conter esperança, consolo e Cristo como Salvador, levando os ouvintes a um momento de reflexão sobre um futuro encontro com Deus. Cultos muito

prolongados podem ser extenuantes para os enlutados.

Há muitas passagens, hinos e músicas oportunos para momentos assim, que devem ser selecionados, sob a direção de Deus.

É importante fazer-se um relato breve da pessoa falecida incluindo dados importantes (que poderão variar de caso para caso): onde nasceu, onde viveu, quando foi batizada, sua família, seu trabalho, sua igreja. Estes dados devem ser antes confirmados pela família.

8.4.3. A entrega do corpo à terra

O sepultamento muitas vezes é o momento mais emotivo. Geralmente o pastor deverá acompanhar os familiares mais próximos ao cemitério e antes de entregar o corpo à terra, citar um versículo bíblico, orar pelos familiares e proceder com a entrega do corpo à terra. É importante que o pastor oriente com clareza mas também com muita compreensão.

8.4.4. Acompanhamento posterior

É importante o acompanhamento da família. Um telefonema no dia seguinte seria apropriado. Uma visita em casa dentro dos cinco dias seguintes certamente será apreciada. Conforme o caso, seria aconselhável fazer um acompanhamento na seqüência.

8.5. Dedicção do templo

É um momento de grande importância para uma igreja dedicar seu templo ou alguma outra construção ao Senhor. Este culto deve ser celebrado com uma atitude de agradecimento pela vitória alcançada. O objetivo é designar a obra para o fim para o qual foi construída. É um marco da fidelidade e bênção de Deus para a comunidade local. Por isso o culto certamente irá expressar alegria e louvores a Deus.

O programa não precisa ser longo e pode incluir as seguintes partes: (1) Todo o povo reunido na frente do templo com a porta fechada. (2) Início com oração e breves palavras sobre o motivo do culto e um texto bíblico apropriado. (3) A fita simbólica pode ser desatada e todos são convidados a entrarem no templo. (4) O culto poderá ter prosseguimento com período de louvor, participações especiais, testemunhos, mensagem especial e oração de dedicação do templo. (5) Poderá ser feita alusão aos serviços

prestados por pessoas e equipes que contribuíram para o êxito do trabalho. (6) Pode haver um momento para que outras igrejas presentes expressem saudações.

8.6. Culto de posse de novo Pastor

O início do ministério numa Igreja de um novo pastor é de grande importância para a Igreja e o pastor. Para este culto poderão ser convidados outros pastores da cidade e pastores de outras cidades da denominação. Um aspecto principal do culto é a oração de bênção sobre a vida do pastor, sua esposa e filhos, e pela igreja que será abençoada através do servo de Deus!

Da mesma forma também é importante que a Igreja dedique novos obreiros para tarefas dentro da igreja (líderes de jovens, líderes do ministério infantil, etc). Isto poderá ser feito num culto normal ou num culto especial. A dedicação deverá incluir o compromisso da igreja para com os obreiros e a responsabilidade dos obreiros no cumprimento de suas incumbências.

CAPÍTULO 9 – FUNDAÇÃO DE NOVAS IGREJAS

9.1. Requisitos para fundar novas congregações/ igrejas

O êxito na plantação de uma nova igreja requer: (1) Pessoas com uma paixão por Cristo e pelas pessoas perdidas. (2) Oração para que haja firmeza em relação à direção do Espírito Santo. (3) O chamado de Deus. (3) Um planejamento incluindo um mapeamento da região-alvo e a disponibilidade de recursos humanos e financeiros. (4) Responsabilidade e perseverança.

9.2. Envolvimento da Igreja e da Convenção

9.2.1. O envolvimento da Igreja local

É tarefa de todas as igrejas abrir novas congregações e/ou igrejas. Para isso devem:

(1) Reconhecer as pessoas com os dons necessários para a fundação de uma nova congregação e enviá-las para este trabalho. (2) Ser responsáveis pelo sustento dos obreiros que se fizer necessários e pelos demais recursos financeiros para o funcionamento da mesma.

9.2.2. O envolvimento da Regional

As Regionais são incentivadas a fundar congregações e/ou igrejas quando:

(1) Houver consenso das igrejas. (2) Houver pessoas com dons necessários para a fundação de uma nova congregação e/ou igreja. (3) Houver o sustento dos obreiros necessários e demais recursos financeiros para o funcionamento da mesma.

9.2.3. O envolvimento do Conselho de Missões da COBIM

O Conselho de Missões da COBIM é incentivado a implantar novas congregações e/ou igrejas, preferencialmente onde e quando as igrejas locais e as regionais tiverem maior dificuldade em fazê-lo.

9.3. Quando organizar uma igreja

É importante observar alguns aspectos para definir o momento certo para se organizar uma nova igreja:

9.3.1. Maturidade e firmeza doutrinária

É importante observar maturidade espiritual e firmeza doutrinária na vida daqueles que irão compor a liderança desta igreja. O pastor missionário e/ou a igreja-mãe precisam preparar o grupo para desempenharem bem suas funções de liderança e ministérios.

9.3.2. Número de membros

O grupo precisa de um número razoável de membros. Mesmo não tendo um número mínimo, deve haver o suficiente para uma distribuição das várias funções de liderança. A COBIM sugere pelo menos trinta membros para efetivamente se organizar uma igreja.

9.3.3. Finanças

A nova igreja precisa ter capacidade financeira para manter o seu funcionamento, custeando as despesas normais de uma igreja, tais como o sustento pastoral, taxas e impostos, luz e água, materiais de limpeza, etc.

9.4. Como requerer a filiação à COBIM

Conforme o parágrafo primeiro do Capítulo 2, artigo VI do estatuto da COBIM, "O pedido de afiliação de Igrejas é livre e espontâneo e deverá ser dirigido por escrito à Diretoria Regional conforme disposto no § 4, com assinatura do Presidente e demais membros da Diretoria da Igreja." (Ver processo completo de filiação nos estatutos da COBIM).

9.5. Aspectos legais a serem observados

Deve-se ter o maior cuidado para cumprir todos os procedimentos legais exigidos pelo governo desde que estes não se oponham aos princípios bíblicos, podendo isto ser a nível local, nacional ou internacional.

9.5.1. Ata de Abertura de Igreja e outros

(1) Se existe a decisão da abertura de uma nova Igreja deve-se proceder da seguinte forma: Deve ser feita uma ata da reunião das pessoas em que se externa a vontade de abertura de uma igreja. Nesta se traçam os principais objetivos da igreja, nome e o provável (futuro) endereço. (2) Com o provável endereço deve-se ir à Prefeitura local e fazer a consulta azul (comercial),

ver se é permitido a instalação de uma igreja e escola dominical, etc., inclusive no tocante a estacionamento dos usuários. Proceder da mesma maneira se o imóvel for locado para instalação de uma Igreja. (3) Com a consulta azul liberada para o uso solicitado, fazer uma ata de constituição da nova igreja, e concomitantemente fazer os estatutos da igreja. (4) Com atos constitutivos da nova igreja ir à Prefeitura Municipal para a obtenção do alvará de funcionamento. (5) Com os atos constitutivos ir à Receita Federal para solicitar a inscrição do CPNJ (pode ser por internet). Perante a Receita Federal, deverá constar o nome do responsável (pessoa física – presidente).

9.5.2. Elaboração dos estatutos

Embora a regra de prática e fé na igreja de Jesus seja a Palavra de Deus, a igreja precisa se tornar pessoa jurídica para que seja reconhecida pela lei. A COBIM oferece às igrejas ajuda nesta área bem como um modelo de estatutos, que poderá ser requisitado junto ao escritório da COBIM.

CAPÍTULO 10 – INTEGRIDADE PASTORAL

Texto adaptado - Pr. Nelson Bomilcar ⁷

Pastoreai o rebanho de Deus que há entre vós, não por constrangimento, mas espontaneamente, como Deus quer; nem por sórdida ganância, mas de boa vontade; nem como dominadores dos que vos foram confiados, antes, tornando-vos modelos do rebanho (1 Pe 5.2).

Com temor e tremor, compartilho sobre integridade pastoral. Tema difícil para qualquer pregador ou pastor, pois é necessário um auto-exame para ver onde de fato estamos nesta caminhada e busca de integridade em nossa vocação pastoral. Sei quem sou de onde vim conheço meus pecados e sei quanto necessito da graça do Senhor para continuar no pastorado. Temos que reconhecer que muitas mudanças ocorreram quanto ao entendimento da vocação e trabalho pastoral. Uma nova cultura da vocação e atuação pastoral ganha terreno na igreja em nosso século; muitos estão confusos quanto ao papel do pastor na vida da igreja. As instituições de ensino teológico, principalmente na América, desde o século passado, tem abraçado modelos secularizados de gestão e se tornaram reducionistas quanto à atuação pastoral. O cerne e foco essencial está no Fazer do pastorado e não no Ser.

Precisamos recuperar a visão correta da vocação pastoral e do próprio Deus a quem servimos, pois Ele nos vocaciona, capacita e envia como referências, como guias espirituais para um rebanho sedento de pastores-pastores, que, com amor e compaixão, consagram seu tempo em ouvir o clamor de almas cansadas, aflitas, ovelhas que estão em busca de orientação espiritual e transformação, pessoas a quem Jesus se entregou e por quem deu sua vida. É oportuno refletirmos um pouco sobre a integridade do ministério pastoral, para instrução, para ensino, para termos referências corretas e expectativas maduras sobre o pastorado, já que distorcemos ou temos perdido através dos anos em nossa cultura a natureza desta vocação e ministério.

10.1. A integridade de nosso amor a Deus!

Nosso relacionamento pessoal com Deus e na vivência da vocação pastoral é fundamentada em um COMPROMISSO DE AMOR. Deuteronômio 6,5

⁷ OMARTINS, Jaziel Guerreiro. *Manual do Pastor e da Igreja*. Curitiba: A.D.Santos. 2002.

Amarás pois o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de toda a tua força. No contexto de Deuteronômio, para amar a Deus e cultivar este amor é necessário um abandono de falsos deuses em nossa vida. Nossa família, nossa formação e conhecimento, nossa denominação, nossa igreja local, nosso ministério, tornam-se objeto de culto muitas vezes.

Nosso amor a Deus é o combustível para honrarmos seu chamado e sermos íntegros no exercício de nossa vocação. Tomar cuidado para não transformarmos nossa vocação em carreira profissional é prudente e sábio. Cumprir nossa vocação movida pelo amor a Deus é essencial.

Só assim a oração, a meditação na Palavra e a prática da direção espiritual não se tornam funcionais, apenas tarefas. O amor a Deus é demonstrado numa vida de obediência aos seus mandamentos. "Aquele que tem os meus mandamentos e os guarda, este é o que me ama". A pergunta do Senhor a cada um de nós continua: Pedro, tu me amas? Nelson, tu me amas? Fabrício, tu me amas? Deus ainda nos convida a sermos pastores, mesmo com a imperfeição do nosso amor! "Vá e apascente minhas ovelhas".

10.2. Integridade e a natureza e conteúdo de nossa vocação

As ovelhas da congregação devem reconhecer a autoridade dada por Deus a seus guias (referências) espirituais e seguir a orientação deles (Hb 13.17). Quem não reconhece a autoridade que há neles, está recusando a autoridade de Cristo em sua vida. A congregação deve também aprovar em oração (1 Tm 2.1-3) e sustentar materialmente, *pois devem ser considerados merecedores de dobrados honorários os presbíteros que presidem bem, com especialidade os que se afadigam na palavra e no ensino* (1 Tm 5.17).

O modelo do pastorado aparece no Antigo Testamento, onde Deus é o Pastor de Israel (Sl 80.1). Vemos reis, sacerdotes, profetas e anciões chamados a agir como ministros de Deus, no papel de pastores subordinados (Nm 11.24-30). No Novo Testamento, Jesus é conhecido como o Bom Pastor (Jo 10.11-30) e Supremo Pastor (1 Pe 5.4), e os pastores são seus subordinados.

O modelo de Jesus é conhecido como o Bom Pastor, é aquele que orienta, que serve com amor, compaixão e constância, que cuida, alimenta, protege, cura, discipula, treina, disciplina, caminha junto e não à distância; relaciona-

se com seus discípulos e ovelhas, fazendo deles, não só servos, mas amigos de Deus (Jo 15.15).

10.3. Integridade em nossa atuação pastoral

O trabalho de orientação espiritual é fundamental, precisa ser resgatado na compreensão da igreja quanto ao pastorado e não ser desprezado por aqueles que têm a vocação pastoral. O orientador espiritual resiste à pressão de moldar seu trabalho pastoral pelos padrões empresariais.

A orientação espiritual é a tarefa de ajudar uma pessoa ou ovelha a levar a sério o que é deixado de lado pela mente no dia-a-dia, tomada por outros atrativos e pela constante presença de crises. É levar a sério com atenção e imaginação disciplinadas, o que os outros vêem casualmente ou sem nenhuma importância. "Ore por mim", um pedido simples e aparentemente desprezível que acontece no cotidiano, recebe a máxima atenção do orientador espiritual e é priorizado.

Pastores como Jesus devem conduzir o rebanho de Deus com uma espiritualidade simples e profunda, construída na oração, meditação e estudo da Palavra. Pastores como Jesus buscam intimidade com o Pai, sendo exemplo em seu estilo de vida bem ordenado e caráter maduro (1 Tm 3.1-7) e em relacionamentos sinceros e saudáveis.

O Dr. James Houston, teólogo, pensador cristão e pastor, tem ensinado que os verdadeiros pastores, servos com coração pastoral, não são os que estão necessariamente à frente, ou brilhando do alto dos púlpitos ou ministérios, mas são os que estão atrás e no meio do rebanho, com o cajado e a vara, encorajando os que desanimam, levantando os caídos, protegendo as ovelhas, trazendo esperança aos que estão descrendo e ajudando-os a perseverar na vida cristã, curando as feridas da alma das ovelhas, acolhendo os pecadores cansados e oprimidos, corrigindo e alimentando os que se afastaram do rebanho. Pastores como Jesus sabem que não devem esperar reconhecimento humano; pelo contrário, devem ter consciência que é uma tarefa difícil, sujeita a profundas lutas espirituais, tentações, desertos, humilhações, traições, mas que a justiça e recompensa virá das mãos daquele que o chamou e vocacionou e que prometeu sua companhia e capacitação. *Ora, logo que o Supremo Pastor se manifestar, receberéis a imarcescível coroa de glória* (1 Pe 5.4).

CAPÍTULO 11 – A HISTÓRIA DA IGREJA EVANGÉLICA IRMÃOS MENONITAS

11.1. A Reforma

Como resultado de um estudo aprofundado das Sagradas Escrituras, sacerdotes e pessoas comuns/leigos da Igreja se conscientizaram da necessidade de renovar a Igreja Cristã em bases bíblicas. Isso aconteceu por volta do ano de 1500. Por fim, quatro principais Igrejas surgiram: a Igreja da Inglaterra (Anglicana), os Luteranos da Alemanha e Escandinávia, as Igrejas Reformadas da Suíça, França, Holanda e Escócia e os Anabatistas, dos quais vêm os Menonitas, os Batistas e outros que ensinam a separação entre Igreja e Estado.

Os Anabatistas se ativeram às doutrinas da Trindade de Deus Criador, da realidade da oração, da morte, da ressurreição, da segunda vinda de Cristo, da atuação do Espírito Santo, da necessidade humana de salvação do pecado e da morte. Além disso, os Anabatistas (Menonitas) se diferenciam dos reformadores na doutrina da Igreja como povo de Deus na terra e da obrigação cristã de obediência, primeiramente a Deus e depois ao Estado. Dos outros reformadores, os Anabatistas aprenderam uma nova consideração pela graça de Deus, a importância de uma fé dinâmica e a necessidade de obediência à Bíblia.

Em concordância com a Igreja primitiva, mas em contraste com os reformadores, eles realçavam o “seguir a Jesus”. A seguinte frase de Hans Denk enfatiza isto: “Ninguém pode conhecer verdadeiramente a Cristo se não o seguir na vida.” Os Anabatistas em contraste com todos os outros reformadores priorizavam a importância da comunidade de fé, soberana para eleger seus pastores e conferir se suas palavras condiziam com aquilo que a Bíblia diz enquanto os demais reformadores mantinham a igreja na mão de profissionais da fé e deixava o povo na posição de “leigo”. Os Anabatistas enfatizavam o mandamento do amor e paz para com todos os homens, o amor universal de Deus e o grande mandamento de Cristo de fazer discípulos em todas as nações, praticando o batismo sob a fé. Eles abraçaram a Bíblia e o Espírito Santo como guias fiéis da vida cristã.

Os Anabatistas surgiram por volta de 1525, no círculo de amigos do reformador suíço Ulrico Zwínglio. Para alcançar tolerância governamental,

tentou conciliar a Palavra de Deus com metas seculares, tentou fazer apenas as reformas que os governantes e o parlamento da cidade decidissem, condição considerada inaceitável pelos primeiros pais, pois somente “seguidores de Jesus são capazes de compreender a vontade de Deus e tomar as decisões que a fé exige”. Opondo-se a isto, alguns dos seus colegas decidiram-se a seguir fielmente a Bíblia, dando origem ao movimento Anabatista.

Os Anabatistas eram conhecidos como homens decididamente crentes em Jesus Cristo, pacíficos, laboriosos e morais. A forte ênfase que davam ao ensino da Bíblia e à obediência a Cristo como opostos à tradição e à autoridade da Igreja-Estado fez com que surgissem perseguições de muitas direções. Da Suíça transplantou-se este movimento para a Holanda e o Norte da Alemanha. Na Holanda converteu-se a Cristo Menno Simons, sacerdote católico. Em 1536 deixou sua igreja e se tornou membro, e em breve presbítero dos Anabatistas. Como presbítero, Menno Simons exerceu influência tão marcante sobre muitas comunidades dos Anabatistas, que estas passaram a ser chamadas Menonitas.

11.2. Os Irmãos Menonitas

Os remanescentes conseguiram sobreviver na Holanda, Suíça e no sul da Alemanha. Outros emigraram para a Rússia e as Américas. Em alguns países a tolerância não foi atingida até o século XIX.

Cessando as perseguições, muitos membros enriqueceram e, em virtude disto, a vida espiritual sofreu um declínio na Igreja Menonita. Pelos meados do século XIX iniciou-se um reavivamento nesta Igreja na Rússia em consequência de um estudo bíblico mais aprofundado e pelos sermões evangelísticos do pastor Eduard Wuest. Deste reavivamento resultou a formação da Igreja Evangélica Irmãos Menonitas que transplantou-se para todos os países onde havia Igrejas Menonitas. Chamam-se “irmãos”, porque todos que são salvos por Jesus Cristo são filhos de Deus (Jo 1.12) e entre si formam uma família de irmãos. O surgimento da nossa denominação foi no 6 de janeiro de 1860, no sul da Rússia.

Em 1917 surgiu na Rússia o comunismo, que queria erradicar toda forma de cristianismo, e facilmente imaginamos o que isto significava para a

igreja, então com um pouco mais de 50 anos. Tortura e morte foram largamente usados num esforço de arrasar os Menonitas. Em geral, esta feroz perseguição exterminou os líderes e levou muitos adeptos ao cárcere em campos de concentração.

No início do século XX, membros desta Igreja emigraram da Rússia para o Canadá, Paraguai e o Brasil.

11.3. Os Irmãos Menonitas no Brasil

A nossa Denominação, fundada em 1860 como resultado de um avivamento, veio ao Brasil com a imigração que aconteceu em 1930, na maior leva e em grupos menores mais tarde. Estes cristãos vinham da Rússia, onde os seus antepassados viviam desde o século XVIII, mas onde não mais havia liberdade de culto e de vida cristã devido ao comunismo que se apoderou daquele país.

A primeira Igreja Irmãos Menonitas do Brasil foi fundada ainda no navio, durante a travessia do Oceano Atlântico. Chegando ao Brasil, ao primeiro local de colonização no interior de Santa Catarina, os líderes reuniram os interessados no dia 25 de maio de 1930 para oficializar a igreja naquela localidade. Assinaram 166 pessoas e com isso a igreja estava bem estabelecida.

Apesar dos 200 anos de Rússia estes Menonitas mantiveram a língua alemã e também a cultura alemã. O procedimento no Brasil não seria muito diferente havendo todo o empenho para que se criassem comunidades com as mesmas características daquelas havidas na Rússia. Isto talvez fosse bom para o desenvolvimento das igrejas e para a proteção dos seus membros e principalmente dos seus jovens contra “o mundo”.

Daquela primeira localidade de colonização nas montanhas de Santa Catarina logo houve uma procura por terras mais apropriadas para a agricultura que almejavam desenvolver. Assim houve transferência de membros para Curitiba, para Witmarsum no Paraná e para Colônia Nova, no município de Bagé, no Rio Grande do Sul. Mas apesar da transferência para outros locais, permaneceu a mentalidade de guetos fechados a influências exteriores e também à língua do país.

Quase desde o início houve pessoas que sentiam a responsabilidade para levar as Boas Novas aos vizinhos e aos conterrâneos. Para muitos, no entanto, a língua foi uma barreira bem grande por muito tempo. Outros usavam isto como desculpa para não obedecerem à ordem de Cristo. Aos poucos a economia em vários lugares deixou de ser restritamente agrária, pois muitos estudavam e exerciam as mais variadas profissões. Com isso a língua deixou de ser barreira e no final dos anos 60 e 70 o interesse missionário ficou bem mais evidente. Foi nesta época também que vários missionários vindos da América do Norte deram exemplo de como alcançar os latinos e tantas outras etnias presentes no Brasil. Surgiram então igrejas em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo, bem como também no Rio Grande do Sul. Os dois Institutos Bíblicos: Instituto Bíblico Paranaense e Instituto Teológico Evangélico, que mais tarde deram início ao ISBIM (Instituto e Seminário Bíblico Irmãos Menonitas) contribuíram muito para que cada vez mais houvesse expansão e também saída do gueto que tão bem fora preservado por tanto tempo. Hoje o treinamento teológico é feito pela Faculdade FIDELIS, que existe graças ao esforço de várias denominações que abraçaram juntas esta causa.

Ainda existem igrejas que praticam a língua alemã como língua dos seus cultos, mas todas elas já têm trabalhos em língua portuguesa e mantêm os seus trabalhos de expansão, ou então trabalhos missionários. Acreditamos que os Irmãos Menonitas têm uma contribuição marcante a dar ao Reino de Deus no Brasil. Que Deus nos mostre como isto pode acontecer da melhor forma possível.